A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADMINISTRADORES DE SOCIEDADES E A APLICABILIDADE DA BUSINESS JUDGMENT RULE: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE BRASIL E PORTUGAL

The civil liability of company directors and the applicability of the business judgment rule: a comparative analysis between Brazil and Portugal

Fábio da Silva Veiga¹

Universidade Lusófona do Porto

Samuel Henrique Silva Favorito Brandão²

Universidade Lusófona do Porto

DOI: <https://doi.org//10.62140/FVSB8372025>

Sumário: 1. Introdução; 2. Os Deveres dos Administradores Societários no Brasil e em Portugal; 3. Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades

¹ Professor Auxiliar de Direito Empresarial da Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona, na Licenciatura, Mestrado e Doutoramento em Direito (Porto e Lisboa). Exerceu funções públicas de Professor Adjunto Convocado no Politécnico de Leiria (ESTG e ESTM - 2022). Foi Professor Doutor de Direito Empresarial da Universidade de Almería, Espanha (2020), aprovado em concurso público PSI. Foi professor ‘venia docenti’ da Universidade de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha (2019). Foi professor do Mestrado em Abogacia da Universidade Europeia de Madrid (2016/17/18). É Doutor em Direito Empresarial pela Universidade de Vigo (2017), com a máxima distinção e Prémio Extraordinário de Tese de Doutoramento. Realizou estágio científico de Pós-doutoramento na Escola de Direito da Universidade do Minho (2019). Venceu, em concurso, a Bolsa DPE da Fundação CAPES do Ministério da Educação do Brasil (2014-2018). Publicou mais de 50 trabalhos de caráter científico, em periódicos, livros e documentos técnicos nacionais e internacionais. Com frequência participa como orador em conferências em Portugal, Espanha, Brasil, Itália e Polónia. Tem sido professor visitante em mestrados da Universidade Rey Juan Carlos (Madrid) e UNISINOS (Brasil). É presidente do Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos – IBEROJUR - onde realizou mais de 40 projetos académicos, com destaque para as universidades de Salamanca, Santiago de Compostela, Complutense de Madrid, Pádua, Roma (La Sapienza), Pádua, Paris-Nanterre, Rio de Janeiro, Coimbra e Lusófona. E-mail: fabio.veiga@ulusofona.pt. Link ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9986-7813>.

² Mestrando de Direito pela Universidade Lusófona do Porto. E-mail: samuel_h_brandao@hotmail.com.

para com a Sociedade; 4. A Regra do Julgamento do Negócio ('Business Judgment Rule') sob a Perspectiva Luso-Brasileira; 5. Conclusão.

Resumo: O presente artigo propõe um estudo acurado sobre os princípios da diligência e da lealdade, a serem observados pelos administradores de sociedades empresariais, bem como a aplicabilidade da teoria da 'business judgment rule' sob as perspectivas portuguesa e brasileira. O principal objetivo do presente estudo é examinar como ambos os princípios são abordados por cada legislação, assim como averiguar se ocorre a absorção da teoria da 'business judgment rule' por cada ordenamento jurídico, e conseqüentemente como sucede sua aplicabilidade. Ademais, o estudo será de grande valia, pois visará salvaguardar as Teorias do Direito Empresarial além de promover um diálogo entre ambos os sistemas jurídicos. Com efeito, o desenvolvimento do trabalho se dará por meio de uma pesquisa explicativa e comparativa, utilizando-se fontes bibliográficas, doutrina e jurisprudência. Desse modo, por meio da análise da aplicação dos dispositivos legais que dizem respeito aos deveres de lealdade e diligência, bem como à observância da 'business judgment rule', busca-se como resultado, sem qualquer pretensão de se esgotar o tema, comentar, constatar e concluir por meio de uma análise abrangente, que a aplicabilidade da teoria supramencionada em ambos os países é de crucial importância para mais do que a defesa do ambiente de negócios, ocorra a sua verdadeira promoção.

Palavras-chave: Diligência. Lealdade. Business Judgment Rule. Brasil. Portugal.

Abstract: The present article proposes a study about the principles of diligence and trustworthiness to be assessed by the directors of business enterprises as well as the applicability of the "business judgment rule" theory beneath the Portuguese and Brazilian prospects. The central objective of this report is to analyze how both of this principles are discussed by each legislation, how the theory of the "business judgment rule" is absorbed by the statutory schemes and how its applicability occurs. Moreover, the report will provide a valuable support, because it will aim to protect the Theories of Business Law, in order to promote a dialog between the two legal systems. Indeed,

the development of the scientific research will be through a explanatory and comparative survey, drawing on bibliographical sources, doctrine and case law. Thus, through the analysis of the applicability of the legal provisions that address to the legal duties of trustworthiness and diligence, as well as compliance with the "business judgment rule ", the aim is, without any pretension of exhausting the subject, to comment, to review and to conclude through a comprehensive analysis, that the applicability of the aforementioned theory in both countries is of fundamental importance, beyond the defense of the business environment, to promote its rights.

Keywords: Diligence. Trustworthiness. Business Judgment Rule. Brazil. Portugal.

1. INTRODUÇÃO

A teoria da 'business judgement rule' (regra do julgamento do negócio), pode-se ser entendida como um princípio que não busca eximir os administradores de sua responsabilidade, mas busca que estes estejam protegidos ao tomarem suas decisões empresariais calcados na boa-fé e no melhor interesse da sociedade (Tomazette, 2020)³. Ela originou-se do ordenamento jurídico americano, tendo sido propagada para os demais países e atualmente sendo uma teoria amplamente aplicada no âmbito da 'corporate governance' (governança corporativa), no Brasil e Portugal.

Em terras lusitanas, a ingerência da 'business judgement rule' foi incorporada pelo Código das Sociedades Comerciais em seu artigo 72.º, n.º 2, o qual foi confeccionado a partir da influência dos princípios da 'corporate governance', cuja finalidade é a proteção dos administradores em suas decisões. Dito isso, a doutrina portuguesa é representada por escritores como o Doutor Fábio da Silva Veiga, os quais refletem, discutem e criticam a maneira de aplicação dessa teoria.

³ Tomazette, M. (2020). Teoria Geral do Direito Societário (11ª ed., Vol. 1), p. 599. São Paulo: Saraiva Educação.

De outro modo, em território brasileiro, a ‘business judgement rule’ foi introduzida na legislação por meio da elaboração da Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976). Referida teoria tem como pretensão que os administradores atuem com maior liberdade em suas decisões – desde que tenha havido deliberação baseada num julgamento (juízo de valores) – boa-fé, e estrita observância dos deveres de obediência, diligência e lealdade.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo averiguar a aplicabilidade da teoria ‘business judgement rule’ tanto no Brasil como em Portugal, verificando as semelhanças e diferenças entre os dois sistemas jurídicos.

Logo, por meio de uma análise comparativa, pretende-se compreender como ambos os ordenamentos jurídicos abordam a sistemática da proteção dos administradores, isso tudo visando promover um ambiente empresarial mais sadio e contemporâneo, sem perder de vista a necessidade de preservação dos interesses dos acionistas e demais ‘stakeholders’.

2. OS DEVERES DOS ADMINISTRADORES SOCIETÁRIOS NO BRASIL E EM PORTUGAL

Os administradores de uma sociedade têm vários poderes, que devem necessariamente ser exercidos no interesse da companhia, haja vista as exigências do bem público e da função social da empresa. Nesse desiderato, e com a finalidade de se realizar o devido exercício desses poderes, as legislações portuguesa e brasileira impõem uma série de deveres para os administradores das sociedades, sendo dois deles os deveres de diligência e de lealdade, os quais serão objetos do presente estudo.

2.1. Dever de Diligência sob a Perspectiva Luso-Brasileira

Visando delinear o ‘duty care’, a legislação portuguesa, em seu artigo 64º do Código das Sociedades Comerciais, dispõe que os gerentes ou administradores de sociedades devem necessariamente observar o dever de cuidado, revelando a

disponibilidade, a competência técnica e o conhecimento da atividade da sociedade adequados às suas funções e empregando nesse âmbito a diligência de um gestor criterioso e ordenado (DL 262/86, Artigo 64º).⁴

Fábio da Silva Veiga (2013), explicita que o artigo supramencionado estabelece alguns critérios para ver-se empregado, ‘in verbis’:

“Dentre eles, diríamos o ‘know-how’ técnico-empresarial: quando diz que o administrador deve revelar disponibilidade, competência técnica e conhecimento da atividade da sociedade adequado às suas funções e deve ainda usar da diligência de um gestor criterioso e ordenado. Portanto, percebe-se que um dos requisitos que amplia a esfera de licitude/ilicitude, a priori, também tem seu escopo na denominada profissionalização dos administradores.” (Veiga, 2013, pp.22-23)

Ademais, para Menezes Cordeiro (2007) e Fernando Pessoa Jorge (1972), a diligência corresponde ao grau de esforço exigível para estipular a conduta que integra o cumprimento de um dever⁵. Prossegue ainda Menezes Cordeiro (2007) ao enunciar que o dever de diligência deve ser observado independentemente de qualquer responsabilidade. Para ele, a violação do dever de diligência dá ensejo à ilicitude e não a mera culpa. À bem da verdade, afirma o doutrinador que a falta de diligência pode ser dolosa também e não somente culposa, e, justamente por isso, faz-se necessário

⁴ Diário da República [DR], Portal Eletrónico. Decreto-Lei nº 262/86 de 2 de setembro. Código das Sociedades Comerciais (CSC). Porto, In Portal do Diário da República, <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1986-34443975-67044099>. Acedido em 16 de dezembro de 2024.

⁵ Jorge, F. P. (1972). Direito das obrigações (Ed. dos Serviços Sociais da Universidade de Lisboa), p. 79. [Cordeiro, A. M. (2007). Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades (artigo 64 n.º 1, do CSC), p. 860. Coimbra: Almedina].

saber qual a conduta praticada, para somente depois ser fixado o grau de esforço exigido na atuação concreta (Cordeiro, 2007)⁶.

De outra maneira, a legislação brasileira, estabeleceu em seus artigos 153 da Lei nº 6.404/1976 e 1.011 do Código Civil de 2002, o dever de diligência, dispositivos que detém as seguintes redações:

“Art. 153. O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios.” (Lei 6.404/76, Artigo 153)⁷

“Art. 1.011. O administrador da sociedade deverá ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios.

§1º Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

⁶ Cordeiro, A. M (2007). Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades (artigo 64 n.º 1, do CSC), p. 860. Coimbra: Almedina.

⁷ Planalto. Portal Eletrônico. Lei n. 6.0404/76 de 15 de dezembro. Porto, In Portal do Planalto, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm. Acedido em 16 de dezembro de 2024.

§2º Aplicam-se à atividade dos administradores, no que couber, as disposições concernentes ao mandato.” (Lei 10.406/02, Artigo 1.011)⁸

Sobre a abordagem do tema e conseqüente introdução do ‘duty care’ no sistema brasileiro, importante é a lição doutrinária de Marlon Tomazette (2020) ao dispor que:

“A legislação brasileira incorpora o *duty care* do direito norte americano, que possui muitas variações na formulação de tal dever de estado para estado, mas mantém a ideia fundamental de que o administrador deve pautar sua conduta pela boa-fé, atuando com os cuidados que uma pessoa normalmente prudente tornaria em circunstâncias similares, de modo a atender da melhor maneira os interesses da companhia.” (Tomazette, 2020, p. 589)

Pontua-se que o ilustre doutrinador se posiciona no sentido de que, verdadeiramente, não se pretende que os administradores sejam especialistas (situação diferente da legislação portuguesa que pretende uma profissionalização dos administradores como visto), mas que atuem com diligência (Tomazette, 2020)⁹.

Com efeito, apesar de haver certas diferenças entre Brasil e Portugal em relação à incorporação do dever de diligência, certo é que ambos os países entendem que o descumprimento de tal dever é capaz de ensejar a responsabilização pessoal do administrador pelos prejuízos causados.

⁸ Planalto. Portal Eletrônico. Lei n. 10.406/02 de 10 de janeiro. Porto, In Portal do Planalto, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acedido em 16 de dezembro de 2024.

⁹ Tomazette, M. (2020). Teoria Geral do Direito Societário (11ª ed., Vol. 1), p. 599. São Paulo: Saraiva Educação.

Assim, ao questionar uma conduta do administrador, não poderá o juiz substituir-se ao administrador, mas lhe caberá verificar se este atuou diligentemente (Cecchi, 1999)¹⁰. Cuida-se, portanto, de obrigação de meio, ou seja, o administrador deve, ao atuar, ter todo o cuidado inerente à gestão dos negócios sociais (Coelho, 1999)¹¹.

2.2. Dever de Lealdade sob a Perspectiva Luso-Brasileira

Em relação ao dever de lealdade, novamente, e com clareza meridiana, vale tecer o posicionamento doutrinário de Fábio Veiga (2013):

“O dever de lealdade (*‘duty of loyaty’*) refere que os administradores devem observar os deveres de lealdade, no interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses de outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, tais como os seus trabalhadores, clientes e credores.” (Veiga, 2013, p. 24)

Ademais, prossegue o eminente doutrinador ao afirmar que, assim como no dispositivo que cuida do dever de diligência, o artigo que estabelece o dever de lealdade também estipula alguns critérios de observação:

“Aqui igualmente se observa elementos de concretização: a relação de lealdade tem como outro polo a sociedade e não os sócios. No que concerne aos sócios, apenas se deve «atender» aos seus interesses de longo prazo. E no que se refere ao interesse social, devem ainda ser

¹⁰ Cecchi, P. (1999). ‘Gli amministratori di società di capitali’, p. 528. Milano: Giuffrè.

¹¹ Coelho, F. U. (1999). Curso de direito comercial. (Vol. 2), p. 244. São Paulo: Saraiva.

«ponderados» os interesses de outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade, tais como os trabalhadores, clientes e credores. ” (Veiga, 2013, p.24)¹²

Para mais, e a fim de dar uma interpretação concisa ao dispositivo que trata do dever de lealdade (artigo 64º, nº 1, b do Código das Sociedades Comerciais), Catarina Serra (2010), diz:

“Ao contrário do que parece, porém, aquilo que a norma acrescenta não é exatamente a obrigação de realizar cada um dos grupos de interesses ou de os tentar conciliar a todos – uma obrigação de “servir a dois anos”, que seria manifestamente impossível de cumprir. Aquilo que a norma acrescenta – ou introduz – é uma dimensão ou um critério de eticidade no universo empresarial. Os gestores passarão a ter, em primeira linha, o dever de tentar adoptar a solução que melhor compatibilize todos os interesses em confronto e, como esta

¹² Sobre as teorias que abordam o denominado interesse social Fábio Veiga (2013), diz que: “Tradicionalmente o interesse social é confrontado pelas chamadas teorias *contratualistas* e *institucionalistas*. Basicamente, para os *contratualistas*, o interesse da sociedade é a comunhão de interesses comuns dos sócios enquanto sujeitos com os mesmos fins (lucrar com a sociedade), os sócios são apresentados como titulares do interesse social. Ao revés, para os *institucionalistas* o interesse social vem a ser um interesse comum não com exclusividade dos sócios, mas também com relevância aos interesses dos trabalhadores, dos credores, clientes, ou aqueles que de certa maneira tem algum tipo de relacionamento econômico com a sociedade, até mesmo o interesse geral ou público pode ser considerado. Fala-se também das concepções econômicas e jurídicas dos interesses perseguidos pelas sociedades empresárias, como por exemplo, as teses monísticas – identificando o interesse da empresa e dos sócios; das teses dualísticas – uma espécie de co-gestão com participação dos trabalhadores e de seus interesses introduzidos na sociedade, bem como da tese pluralista – onde tenta-se inculcar na empresa o interesse público. No final da década de 80 e, sobretudo, 90 do século XX, apareceu no cenário jurídico norte-americano e depois com reflexos em vários países, a concepção dos sistemas finalísticos da maximização do lucro (‘wealth maximization’), que se traduziu na vitória da teoria monística, tendo em conta que por esta teoria preconizava-se a valorização da sociedade como instrumento de interesse máximo dos acionistas (a sociedade serve aos interesses dos acionistas). Reconduziu-se, dessa forma, o interesse da sociedade aos interesses dos sócios, a concepção ficou conhecida como ‘shareholder value approach’. Dá para se dizer que a perspectiva monística triunfou, até porque os mercados de capitais e a globalização teoricamente (e historicamente) valorizam os detentores dos meios de produção e pressionam para a adoção generalizada da concepção do ‘shareholder value’. Mesmo porque não raro, vê-se que os despedimentos em massa de grandes empresas fazem seguir o aumento da cotação das ações destas na bolsa de valores. Com efeito, as teses dualísticas e pluralistas continuam a surtir efeito. Opera-se que a concepção do ‘shareholder value’ vem perdendo terreno para a do ‘stakeholder value’, o que se quer dizer pela última é que outros interesses para além dos acionistas, devem ser levados em consideração. Ministra-se disto, que, o contratualismo e o institucionalismo continuam visíveis, mas com uma nova roupagem.

será em princípio difícil de alcançar, subsidiariamente, o dever de ponderar bem os interesses, de forma a evitar, em última instância, que a satisfação dos interesses dos sócios (que se mantêm os interesses prevalentes) seja perseguida para lá daquilo que é razoável ou eticamente admissível ou, por outras palavras, seja obtida com o sacrifício intolerável, desnecessário ou desproporcionado de algum dos interesses dos outros grupos de sujeito.” (Serra, 2010, p. 166)¹³

Noutro espeque e não menos importante, cumpre observar se o sistema português sanciona a ausência de observância do dever de lealdade. Sobre essa questão, Fábio Veiga preleciona que “... a norma do artigo 64.º, n.º 1, b, do CSC português, além de serem autónomas no que concerne à concretização de condutas, tem um carácter ético-empresarial de reprovabilidade, o que representa no âmbito jurídico a ausência de sanções” (Veiga, 2013, pp.25-26).¹⁴

De modo diverso, Catarina Serra (2010) detém o entendimento de que é possível, em casos mais graves, caso haja somente observância dos interesses dos sócios em detrimento dos demais ‘stakeholders’, reconhecer o uso ilegítimo dos poderes-deveres que lhe foram conferidos, o que ocasionaria o enquadramento da conduta como ilícita e, conseqüentemente, a incidência do arcabouço clássico da responsabilidade civil. Isso tudo com vistas a se ter um sistema harmonioso com fins a dar a máxima efetividade ao mandamento legal.

Cabe registrar que, na mesma linha de raciocínio de Catarina Serra (2010), é o posicionamento de Adelaide Menezes Leitão (2009), ao expor que:

¹³ Serra, C. (2010). O Novo Direito das Sociedades: Para Uma Governação Socialmente Responsável (Vol. 14), pp. 155-179. Londrina: Scientia Iuris. Retirado a 17 de dezembro de 2024, em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/7655/6749>.

¹⁴ Apesar disso, Catarina Serra (2010), afirma que, “mas, em primeiro lugar, como é sabido, a ausência de sanções não é impeditiva da vinculatividade. Um comportamento pode ser devido e a sua inobservância censurável apesar de não ser juridicamente sancionado.”

“Com efeito, na medida em que a ilicitude na versão actual do artigo 64º/1 se recorta pela configuração dos deveres que adstringem os administradores e que visam a protecção da sociedade, numa leitura interior aos sistemas de responsabilidade civil continentais, a diligência do gestor criterioso e ordenado deve inserir-se na culpa como sistema de imputação da responsabilidade dos administradores. Na verdade, a culpa, numa concepção normativa, corresponde à omissão da diligência que seria exigível ao administrador que causou danos à sociedade pela violação dos deveres de cuidado e de lealdade, de acordo com o padrão de conduta que a lei impõe.” (Leitão, 2009, pp. 647-679)¹⁵

De outro modo, no Brasil o dever de lealdade está disposto nos artigos 155 da Lei nº 6.404/76 (Lei 6.404/76, Artigo 155)¹⁶ e 1.017 do Código Civil de 2002 (Lei

¹⁵ Leitão, A.M. (2009). Responsabilidade dos administradores para com a sociedade e os credores sociais por violação de normas de protecção, p. 647-679. RDS III. Retirado a 17 de dezembro <https://www.revistadireitodassociedades.pt/Archive/Docs/f955922691932.pdf>.

¹⁶ Art. 155. O administrador deve servir com lealdade à companhia e manter reserva sobre os seus negócios, sendo-lhe vedado:

I - usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a companhia, as oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;

II - omitir-se no exercício ou protecção de direitos da companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da companhia;

III - adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à companhia, ou que esta tencione adquirir.

§ 1º Cumpre, ademais, ao administrador de companhia aberta, guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, sendo-lhe vedado valer-se da informação para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra ou venda de valores mobiliários.

§ 2º O administrador deve zelar para que a violação do disposto no § 1º não possa ocorrer através de subordinados ou terceiros de sua confiança.

§ 3º A pessoa prejudicada em compra e venda de valores mobiliários, contratada com infração do disposto nos §§ 1º e 2º, tem direito de haver do infrator indenização por perdas e danos, a menos que ao contratar já conhecesse a informação.

§ 4º É vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários. (Incluído pela Lei nº 10.303, de 2001). (Lei 6.404/76, Artigo 153).

10.406/02, Artigo 1.017)¹⁷. Referido comando legal versa sobre o acionista e sobre a atuação do administrador. Mais precisamente, o administrador deve servir à companhia, e não somente se servir dela, de modo que ele não deve sobrepor seus interesses aos da sociedade (Tomazette, 2020)¹⁸.

Salienta-se que alguns desses desdobramentos no Brasil são a impossibilidade de o administrador concorrer com a sociedade que ele administra, bem como a não utilização de informações a que ele tem acesso em virtude de seu posto em proveito próprio. Inclusive, no caso da sociedade anônima de capital aberto, incide a regra do artigo 155, §§1º e 4º (Lei 6.404/76, Artigo 155), que versa sobre hipóteses em que o administrador inflige e são considerados crimes na Lei de Mercado de Capitais (‘Insider Trading’). Sobre condutas que o administrador de empresas não pode adotar, vale tecer as considerações de Marlon Tomazette (2020):

“Os administradores não podem usar em benefício próprio ou de outrem as oportunidades que surjam em razão do cargo ocupado. Ora, se eles conheceram a oportunidade em virtude do cargo, a oportunidade é da companhia e não deles, na medida em que eles atuam como órgãos da sociedade. Possibilidades de negócios que foram transmitidas à companhia restritamente, ou ligas aos fins ou à atividade da companhia, são oportunidades dela, das quais o administrador só tomou conhecimento em virtude do cargo. Eles só poderão usar as oportunidades individualmente, se a sociedade não poder usá-las ou rechaçar expressamente a oportunidade. Há que prevalecer sempre o interesse social

¹⁷ Art. 1.017. O administrador que, sem consentimento escrito dos sócios, aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros, terá de restituí-los à sociedade, ou pagar o equivalente, com todos os lucros resultantes, e, se houver prejuízo, por ele também responderá.

Parágrafo único. Fica sujeito às sanções o administrador que, tendo em qualquer operação interesse contrário ao da sociedade, tome parte na correspondente deliberação (Lei 10.406/02, Artigo 1.017).

¹⁸ Tomazette, M. (2020). Teoria Geral do Direito Societário (11ª ed., Vol. 1), p. 591. São Paulo: Saraiva Educação.

sobre o interesse individual dos administradores.” (Tomazette, 2020, p. 591)¹⁹

Com efeito, não basta que os administradores não pratiquem os atos contrários ao dever de lealdade, é necessário que eles deem aplicação concreta a este dever (Toledo, 1999)²⁰. Portanto, seja em terras brasileiras ou lusitanas, é fato que os administradores não podem ser omissos à defesa da companhia, devendo aproveitar, sempre que possível, as oportunidades que surjam, desde que sejam proveitosas aos interesses da companhia no caso concreto (Tomazette, 2020)²¹.

3. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES PARA COM A SOCIEDADE

a. Modelo Português

O artigo 72º./1 do Código de Sociedades Comerciais versa sobre a responsabilidade obrigacional dos administradores em relação à sociedade. Nesse norte, é previsto que os administradores são responsáveis pelos danos causados à sociedade em detrimento dos deveres legais ou contratuais, salvo se provarem que procederam sem culpa²².

¹⁹ Em situação semelhante, em Portugal, tem-se a proibição de concorrência, a qual não é absoluta, considerando poder ser afastada por meio de consentimento expresso dos sócios por intermédio de deliberação (arts. 254º, nº 1 e 398º, nº 3, ambos do CSC) ou do conselho geral e de supervisão (art. 428º, do CSC).

²⁰ Toledo, P. F. C. S. (1999). O conselho de administração na sociedade anônima (2ª ed.), pp. 55-59. São Paulo: Atlas.

²¹ Tomazette, M. (2020). Teoria Geral do Direito Societário (11ª ed., Vol. 1), p. 591. São Paulo: Saraiva Educação.

²² Cabe pontuar que a jurisprudência portuguesa detém o entendimento de que se aplica a teoria da ‘business judgment rule’, para que o administrador tenha a sua responsabilidade excluída. Mais precisamente, deverá o administrador demonstrar que agiu em termos informados, livre de qualquer interesse pessoal e adotando critérios de racionalidade empresarial. Ademais, a regra está incorporada no artigo 72º/2, do Código de Sociedades Comerciais.

A violação de deveres específicos acarreta a denominada presunção de culpa²³. Para mais, Antônio Menezes de Cordeiro (2007), exemplifica que “no campo do direito obrigacional, isso significa que a ilicitude e a culpa do inadimplemento são, em conjunto e globalmente, imputadas ao agente faltoso”²⁴. Nesse viés, caberá ao administrador demonstrar causa justificadora, seja no sentido de provar uma justificação ou, de modo diverso, um fundamento de desculpabilidade.

Repisa-se que a mera violação do dever diligência para Antônio Menezes de Cordeiro (2007) enseja a ilicitude e não a simples culpa. Ademais, tal raciocínio se dá em virtude que, diferentemente do Direito Civil, que estabelece o critério do ‘bonus pater família’, no Direito das sociedades, há a figura do administrador “criterioso e ordenado”, o que necessariamente demanda um ‘modus operandi’ mais exigente.

Na mesma linha, é o posicionamento de Fábio da Silva Veiga (2013), ‘in verbis’:

“A partir disto a culpa repousar-se-á sobre aqueles comportamentos pelos quais os administradores têm o dever de conhecimento, já que a função exige competência aguçada, e, portanto, superior ao conceito do ‘bonus pater familias’. A culpa, dessa maneira, verificada a evolução na definição legal, passa a consagrar peculiaridades de comportamentos no exercício do poder de administração e exigir a extensão da

²³ Menezes Cordeiro (2007) cita alguns exemplos em sua obra, sendo eles: “ Violação de cláusulas contratuais ou de deliberações sociais que fixem à sociedade determinado objeto ou que proibam a prática de certos atos - 6.º/4; execução de deliberações relativas à distribuição de bens aos sócios, quando tais deliberações sejam ilícitas ou enformem de vícios - 31.º/2; não-convocação ou não-requerimento da convocação da assembleia geral, quando se esteja perante a perda de metade do capital social - 35.º/1; incumprimento do dever de relatar a gestão e de apresentar contas - 65.º/12959 - ou de proceder aos competentes depósitos - 70.º e inobservância do dever de declarar por escrito que, havendo aumento de capital, não têm conhecimento de ter havido, entre o dia do balanço que servir de base à competente deliberação e o dia da deliberação em si, uma diminuição patrimonial que obste ao aumento - 93./1 - ou, a fortiori: efetivação de uma declaração falsa.

²⁴ Cordeiro, A. M. (2007), Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades (artigo 64 n.º 1, do CSC), p. 981. Coimbra: Almedina.

culpabilidade com base nas qualidades do agente.” (Veiga, 2013, p. 109)²⁵

Por fim, e no que se refere ao nexo de causalidade, segundo o direito português, cabe inicialmente verificar qual era o bem tutelado e descumprido. Esse bem se concretiza na quantidade do dano, o que pode ou não ser acrescido de danos colaterais e/ou lucros cessantes.

Seguindo o posicionamento da melhor doutrina, em se tratando de sociedades, os danos, na maioria das vezes, se dão “em cascata”. Por conta disso, a devida circunscrição realizada pelo nexo causal determina o bem jurídico que se mostrou violado, e somente os danos provocados nesse bem são, em princípio, indenizáveis²⁶.

b. Modelo Brasileiro

Os administradores no Brasil, assim como em outros países, são órgãos da companhia, e por isso, praticam atos por esta, que via de regra é responsável por eles. Contudo, como é sabido, nem sempre o administrador age corretamente, procedendo em determinados casos para além de seus poderes ou os violando, ou até mesmo atuando com dolo ou culpa.

Nessas situações, faz-se necessário a responsabilização pessoal do administrador perante todos os que suportarem danos decorrentes dessa atuação. Mais precisamente, o administrador responderá pessoalmente perante a sociedade e

²⁵ Veiga, F. (2013). A Responsabilidade Civil dos Administradores na Insolvência (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.

²⁶ Cordeiro, A. M. (2007). Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades (artigo 64 n.º 1, do CSC), p. 981. Coimbra: Almedina.

perante terceiros pelos danos causados quando agir com dolo, culpa, violação da lei ou dos estatutos, consoante disposições do art. 158, da Lei n. 6.404/1976²⁷.

Com efeito, e ‘in terra brasilis’, faz-se necessário, primeiramente, aferir o que são “atos regulares de gestão”. Nesse sentido, Camila Martinelli Sabongi e Luis Antônio Soares Hentz (2016) conceituam tal instituto como “no que for previsto pelo estatuto social e pela lei, ou aqueles atos que, embora não se enquadrando no determinado pelo estatuto da companhia, ou mesmo violando a lei, sejam praticados de boa-fé, visando ao interesse social.”²⁸

Assim, da leitura do inciso I, do art. 158, da Lei n. 6.404/1976, infere-se que são passíveis de responsabilização os atos dos administradores que, apesar de terem atuado dentro da legalidade e conforme estatuto, sejam praticados com “culpa ou dolo”. Nessa modalidade, Marlon Tomazette, preleciona que cabe à sociedade provar a culpa ou dolo do administrador para poder responsabilizá-lo²⁹. Cuida-se assim, de responsabilidade subjetiva do administrador.

²⁷ Art. 158. O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder:

I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;

II - com violação da lei ou do estatuto.

§1º O administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade o administrador dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do órgão de administração ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração, no conselho fiscal, se em funcionamento, ou à assembleia-geral.

§2º Os administradores são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos eles.

§ 3º Nas companhias abertas, a responsabilidade de que trata o § 2º ficará restrita, ressalvado o disposto no § 4º, aos administradores que, por disposição do estatuto, tenham atribuição específica de dar cumprimento àqueles deveres.

§4º O administrador que, tendo conhecimento do não cumprimento desses deveres por seu predecessor, ou pelo administrador competente nos termos do § 3º, deixar de comunicar o fato a assembleia-geral, tornar-se-á por ele solidariamente responsável.

§5º Responderá solidariamente com o administrador quem, com o fim de obter vantagem para si ou para outrem, concorrer para a prática de ato com violação da lei ou do estatuto.

²⁸ Sabongi, C. M., Hentz, L. A. S. (2016). ‘Business judgment rule’ no direito societário brasileiro. RDB, Vol. 73. Retirado a 20 de dezembro https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servic_os_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDBancMecCap_n.73.08.PDF.

²⁹ Tomazette, M. (2020). Teoria Geral do Direito Societário (11ª ed., Vol. 1), p. 596. São Paulo: Saraiva Educação.

Noutro giro, a situação disposta no inciso II, do art. 158, da Lei n. 6.404/1976 elenca aqueles atos em que o administrador extrapola seus poderes, violando a lei ou o estatuto, não necessariamente agindo o administrador com dolo ou culpa, motivo pelo qual presume-se ‘*juris tantum*’ a existência desta (‘*lato sensu*’). Nesse espeque, Marlon Tomazette (2020) defende que nessa hipótese seria também caso de responsabilidade subjetiva, contudo, com a inversão do ônus da prova, ou seja, admite-se que o administrador comprove que não agiu com dolo ou culpa³⁰.

Entretanto, pode ainda haver situações em que um administrador, mesmo agindo com imperícia, circunstância disposta no art. 158, inciso I, da Lei supramencionada, encontre escusa de sua culpabilidade, haja vista o disposto no art. 159, §6º, do mesmo diploma legal^{31,32}. Para mais, e novamente reportando ao posicionamento de Marlon Tomazette (2020), no caso do estabelecido no inciso II, da Lei de Sociedades por Ações, o administrador poderá se eximir da responsabilidade se provar que agiu, assim como na hipótese anterior, com boa-fé e no interesse da sociedade³³. Nos dizeres de Trajano de Miranda Valverde (1959):

“Dir-se-á que a lei presume, nesses casos, a culpa do diretor pelo que a ele incumbirá provar que a violação da lei ou dos estatutos resultou de circunstâncias especialíssimas, por ele não provocadas ou relativamente às quais não podia ele ter nenhuma influência, ou ainda, que os prejuízos verificados ocorreriam em qualquer hipótese.” (Valverde, 1959, p. 39)³⁴

³⁰ De modo diverso entende Modesto Carvalhosa (1997), que cuida-se de responsabilidade civil objetiva.

³¹ Art. 159. Compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembleia-geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio.

(...)

§ 6º O juiz poderá reconhecer a exclusão da responsabilidade do administrador, se convencido de que este agiu de boa-fé e visando ao interesse da companhia.

³² Esse também é o entendimento de Camila Martinelli Sabongi e Luis Antônio Soares Hentz (2016).

³³ Tomazette, M. (2020). Teoria Geral do Direito Societário (11ª ed., Vol. 1), p. 597. São Paulo: Saraiva Educação.

³⁴ Valverde, T. M. (1959). Sociedades por ações (3ª ed., Vol. 2), p. 39. Rio de Janeiro: Forense.

Em síntese, se o administrador estiver agindo corretamente, nos interesses da companhia e de boa-fé, e ainda assim causar danos, não é razoável lhe imputar responsabilidade. Isso pois, em terras brasileiras, considera-se que, nesse cenário, quem estará efetivamente causando danos a alguém é a companhia.

4. A REGRA DO JULGAMENTO DO NEGÓCIO (‘BUSINESS JUDGMENT RULE’) SOB A PERSPECTIVA LUSO- BRASILEIRA

a. Modelo Português

A teoria da ‘Business Judgment Rule’ foi desenvolvida nos Estados Unidos da América, sendo que Portugal sofreu influência desta por meio das questões pertinentes à ‘corporate governance’³⁵ – incorporada pelo direito alemão e propagada pelo sistema europeu a partir do §93/I, 2 AktG de 2005³⁶. E mais, para Fábio da Silva Veiga (2013), esses princípios tiveram ingerência na figura dos deveres fiduciários. Veja-se:

“Ditos princípios tiveram a sua conotação na figura do ‘fiduciary duties’, designados amiúde como fiduciários. Portanto, há de se perceber que no ordenamento societário português as normas que tocam este assunto (art. 64.º ex vi art. 72.º, CSC) podem ser consideradas de cariz híbrido, mesmo que na sua essência o fundamento pressupõe valores de matriz anglo-saxónica”. (Veiga, 2013, pp.28-29)

³⁵ Ana Rita Rebouta Alves (2016), define a ‘corporate governance’ (governança corporativa), como “o sistema através do qual as organizações empresariais são dirigidas e controladas, fornecendo a estrutura com que a empresa estabelece os seus objetivos e as formas de atingi-los e monitoriza a sua performance.”

³⁶ Ou ‘Gesetz zur Unternehmensintegrität und Modernisierung des Anfechtungsrechts’. Antônio Menezes Cordeiro (2007), traduz a regra como “não há violação de dever quando o membro da direção, na base de informação adequada, devesse razoavelmente aceitar que, aquando da decisão empresarial, agia em prol da sociedade.”

Proseguindo ainda sobre a maneira de aplicação da teoria em território português, vale igualmente tecer o posicionamento doutrinário de Fábio da Silva Veiga (2013):

“Tradicionalmente a ‘business judgement rule’ é integrada por quatro aspectos, sendo três deles condições e um a regra. Num primeiro plano, a regra só é aplicada se tiver havido uma decisão empresarial (escapam ao âmbito da aplicação os casos em que não há ‘decision making process’); depois, a regra só se aplica se a decisão não estiver contaminada por um interesse financeiro ou pecuniário dos administradores; num terceiro momento, deve ter sido observado um ‘reasonable decision making process’. Cumpridos estes aspetos, o mérito substantivo da decisão não será analisado (neste ponto concentra-se a atuação dos julgadores). Só haverá responsabilidade em caso de decisões irracionais (‘egregious conduct’). A ‘business judgment rule’ constitui uma regra de origem jurisprudencial que exclui a valoração pelos tribunais do mérito das decisões dos administradores. Significa dizer que opera uma importante restrição da responsabilidade dos administradores.” (Veiga, 2013, p. 29)

Cabe ainda registrar que a regra supramencionada é aplicável às condutas que dizem respeito ao dever de diligência/cuidado, mas não em caso de violação do dever de lealdade³⁷.

Pontua-se, por fim, que em Portugal, a teoria da ‘Business Judgment Rule’, está incorporada no artigo 72.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais, sendo

³⁷ Veiga, F. (2013). A Responsabilidade Civil dos Administradores na Insolvência (Dissertação de Mestrado), p. 29. Universidade do Minho, Braga, Portugal.

que a doutrina majoritária entende que havendo o preenchimento de seus requisitos haverá verdadeira situação de exclusão de antijuridicidade.

b. Modelo Brasileiro

Sobre a responsabilidade civil dos administradores das sociedades anônimas, pode-se afirmar que vigora no Brasil, assim como em Portugal, o instituto da ‘Business Judgment Rule’ (Lei n.6.404/76 – art. 159, §6º), ou seja, “as decisões ou julgamentos dos negócios honestos e tomados de boa-fé e com base em investigações razoáveis não serão questionáveis judicialmente, ainda que a decisão seja enganada, infeliz ou desastrosa.”³⁸

Sobre a ‘Business Judgment Rule’ no Brasil, vale destacar a colocação de Marcelo Barbosa Sacramone (2022):

“Com a obrigação de empreender os melhores esforços para a obtenção do lucro da empresa, ainda que não obtenha o resultado esperado, o administrador preencherá o seu dever de diligência quando adquirir informações, investigar e analisar as informações obtidas, tomar decisões razoáveis diante das circunstâncias apresentadas e fiscalizar as demais pessoas e negócios relacionados à sua atribuição. Desde que tenha satisfeito tais requisitos, ainda que de seu ato negocial tenha resultado prejuízo à companhia, o administrador não será responsabilizado pelo seu ato de administração. Trata-se da chamada ‘business judgement rule’.” (Sacramone, 2022, p. 378)

³⁸ Silva, A. C. (2007). Responsabilidade dos administradores de S/A, p. 143. Rio de Janeiro: Elsevier.

Com efeito, ao Poder Judiciário não caberá analisar a correção ou não das decisões tomadas pelos administradores, mas apenas se eles tiveram a diligência necessária na tomada da decisão, agindo dentro de seus poderes e com fundamentos razoáveis para sua deliberação³⁹. Portanto, estará isento de responsabilidade o administrador que agir devidamente na condução dos negócios, ainda que não tenha logrado o êxito pretendido.

Osmar Brina Corrêa Lima, estabelece que para a aplicação da teoria da regra do julgamento do negócio ('business judgement rule'), faz-se necessária a presença de três requisitos, quais sejam: (i) decisão baseada num julgamento (juízo de valores); b) boa-fé; e c) estrita observância dos deveres de obediência, diligência e lealdade⁴⁰.

De outro modo, Alexandre Couto Silva (2007), defende a necessidade de observância de cinco elementos para aplicação da teoria retromencionada, quais sejam: (i) decisão ou julgamento de negócios; (ii) decisão desinteressada e independente; (iii) dever de diligência; (iv) boa-fé; e (v) inexistência do abuso da discricionariedade⁴¹. Contudo, e seguindo o magistério de Marlon Tomazette (2020), verifica-se que a divergência de ambas as definições é mais terminológica do que conteudista⁴².

Cumprido salientar também que a teoria somente protege as decisões que foram tomadas em sentido positivo de conduta, ou seja, não cabe aplicabilidade da teoria em casos de omissão pura e simples, haja vista que o administrador não pode ser omissor no exercício de suas atribuições (Tomazette, 2020).

Não é demais frisar ainda, que assim como em Portugal, o administrador será protegido se a decisão tomada não conflitar com seus interesses pessoais. Mais exatamente, diz Marlon Tomazette (2020) que "o administrador tem benefício com a decisão quando há ganhos financeiros que não são distribuídos aos acionistas. O

³⁹ Henn, H. G.; Alexander, J. R. (1983). 'Law of corporations' (3ª ed.), p. 663. St. Paul: West Group.

⁴⁰ Corrêa-Lima, O. B. (2003). Sociedade anônima (2ª ed.), p. 256. Belo Horizonte: Del Rey.

⁴¹ Silva, A. C. (2007). Responsabilidade dos administradores de S/A, p. 195. Rio de Janeiro: Elsevier.

⁴² Tomazette, M. (2020). Teoria Geral do Direito Societário (11ª ed., Vol. 1), p. 598. São Paulo: Saraiva Educação.

administrador não pode estar dos dois lados da decisão, nem ser beneficiado por ela, porquanto, nesses casos, não há a mesma confiança na adequação da decisão”.

Em outras palavras, é patente a necessidade de o administrador agir com cuidado, consoante disposição do art. 153, da Lei de Sociedades por Ações, demonstrando a diligência necessária com os negócios empresariais. Para mais, conforme já dito, mas sendo imperioso destacar, exige-se a boa-fé do administrador, pois a boa-fé acarreta a proteção pelo ordenamento jurídico brasileiro.

A má-fé, de outro modo, não é protegida, e ao revés, é devidamente repreendida. Por fim, é indispensável a razoabilidade na decisão, considerando que a discricionariedade detém limites no bom senso. A propósito, a verificação dos limites dessa discricionariedade estará igualmente sujeita a observância dos deveres de diligência, lealdade e obediência⁴³.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que a aplicabilidade da regra do julgamento do negócio tanto no Brasil como em Portugal, é de crucial importância para a salvaguarda e promoção da denominada ‘corporate governance’. Infere-se, ainda, que apesar de ambas as legislações abordarem de maneira diversa a teoria retromencionada, a sua essência permanece a mesma, qual seja, a de proteger os administradores em suas deliberações, com o nítido incentivo a tomada de decisões com riscos calculados e repreendendo qualquer conduta contrária à boa-fé.

No Brasil, a importação da teoria da ‘business judgment rule’ para o ordenamento jurídico promove um ambiente em que os administradores podem verdadeiramente agir com liberdade, mas sem perder de vista a sua vinculação ao devido julgamento de valores, boa-fé, e à devida e indispensável observância dos deveres de obediência, diligência e lealdade.

⁴³ Corrêa-Lima, O. B. (2003). Sociedade anônima (2ª ed.), p. 257. Belo Horizonte: Del Rey.

De outro modo e não menos importante, em Portugal, o advento dessa teoria no Código das Sociedades Comerciais (art. 72.º, n.º 2), expressa preocupação parecida em criar um sistema seguro para a atuação dos gestores. Para mais, apesar de não haver qualquer pretensão de se esgotar o tema, verifica-se que as colocações realizadas pela doutrina, tais como as apresentadas pelo Doutor Fábio da Silva Veiga, são de notável importância para a contribuição e aprimoramento da aplicabilidade da teoria mencionada.

Melhor dizendo, em ambos os países, a teoria do julgamento do negócio ('business judgment rule') é de indelével necessidade na proteção da tomada de decisões dos administradores, posto a sua pretensão de promoção de um espaço empresarial sadio, contemporâneo e preservando o dinamismo natural dessa relação. A comparação realizada entre os sistemas jurídicos demonstra as semelhanças e diferenças, contudo, também apresenta inspiração para a evolução da 'corporate governance' nos dois países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5824/17.7T8GMR-J.G1.S1. Portal Eletrónico. STJP. Porto, In Portal do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, <https://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/6e0f7cf48e36feaa802586e2002cc4fc?OpenDocument>.

Alves, A. R. R. (2016). 'Corporate Governance' e o Desempenho das Empresas Portuguesas (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Carvalhosa, M. (1997). Comentários à lei de sociedades anónimas (Vol. 3). São Paulo: Saraiva.

Cecchi, P. (1999). 'Gli amministratori di società di capitali'. Milano: Giuffrè.

Coelho, F. U. (1999). Curso de direito comercial. (Vol. 2). São Paulo: Saraiva.

Cordeiro, A. M (2007). Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades (artigo 64 n.º 1, do CSC). Coimbra: Almedina.

Corrêa-Lima, O. B. (2003). Sociedade anônima (2ª ed.). Belo Horizonte: Del Rey.

Diário da República [DR], Portal Eletrônico. Decreto-Lei nº 262/86 de 2 de setembro. Código das Sociedades Comerciais (CSC). Porto, In Portal do Diário da República, <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1986-34443975-67044099>. Acedido em 16 de dezembro de 2024.

Henn, H. G.; Alexander, J. R. (1983). 'Law of corporations' (3ª ed.). St. Paul: West Group.

Jorge, F. P. (1972). Direito das obrigações (Ed. dos Serviços Sociais da Universidade de Lisboa). [Cordeiro, A. M. (2007). Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades (artigo 64 n.º 1, do CSC). Coimbra: Almedina].

Leitão, A.M. (2009). Responsabilidade dos administradores para com a sociedade e os credores sociais por violação de normas de protecção. RDS III. Retirado a 17 de dezembro <https://www.revistadedireitodassociedades.pt/Archive/Docs/f955922691932.pdf>.

Planalto. Portal Eletrônico. Lei n. 10.406/02 de 10 de janeiro. Brasil, In Portal do Planalto, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acedido em 16 de dezembro de 2024.

Planalto. Portal Eletrônico. Lei n. 6.0404/76 de 15 de dezembro. Brasil, In Portal do Planalto, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm. Acedido em 16 e 20 de dezembro de 2024.

Sabongi, C. M., Hentz, L. A. S. (2016). 'Business judgment rule' no direito societário brasileiro. RDB, Vol. 73. Retirado a 20 de dezembro https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDBancMecCap_n.73.08.PDF.

Sacramone, M. B. (2022). Manual de Direito Empresarial (3ª ed.). São Paulo: SaraivaJur.

Serra, C. (2010). O Novo Direito das Sociedades: Para Uma Governança Socialmente Responsável (Vol. 14). Londrina: Scientia Iuris. Retirado a 17 de dezembro de 2024, em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/7655/6749>.

Silva, A. C. (2007). Responsabilidade dos administradores de S/A. Rio de Janeiro: Elsevier.

Tomazette, M. (2020). Teoria Geral do Direito Societário (11ª ed., Vol. 1). São Paulo: Saraiva Educação.

Toledo, P. F. C. S. (1999). O conselho de administração na sociedade anônima (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

Valverde, T. M. (1959). Sociedades por ações (3ª ed., Vol. 2). Rio de Janeiro: Forense.

Veiga, F. (2013). A Responsabilidade Civil dos Administradores na Insolvência (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.